



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MARIA CLARA NUNES PIMENTEL DE ANDRADE**

**A CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS DO 18 DE MAIO: APAGAMENTO E  
RETOMADA DAS MULHERES SUL-COREANAS**

**JOÃO PESSOA  
2023**

MARIA CLARA NUNES PIMENTEL DE ANDRADE

**A CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS DO 18 DE MAIO: APAGAMENTO E  
RETOMADA DAS MULHERES SUL-COREANAS**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito parcial à obtenção do título do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

**Área de concentração:** Segurança Internacional

**Orientador:** Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann.

**JOÃO PESSOA  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A554c Andrade, Maria Clara Nunes Pimentel de.  
A construção das narrativas do 18 de maio [manuscrito] :  
apagamento e retomada das mulheres Sul-coreanas / Maria  
Clara Nunes Pimentel de Andrade. - 2023.  
42 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações  
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann,  
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Estudos de gênero. 2. Coreia do Sul. 3. Democracia. I.

Título

21. ed. CDD 305.4

MARIA CLARA NUNES PIMENTEL DE ANDRADE

A CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS DO 18 DE MAIO: apagamento e retomada das mulheres sul-coreanas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 29/07/2023.

BANCA EXAMINADORA



---

Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Gabriela Gonçalves Barbosa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Igor Serejo Vale Arcos  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Jung Hoseok, que me acompanha com sua música desde 2017. Seus versos “날  
볼라면 시간은 일곱 시 모여 집합, 모두다  
눌러라 공육이-오일팔” em Ma City foram  
a inspiração para esse tema.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Distribuição das Cidades na Coreia do Sul.....	19
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Classes na sociedade Coreana (1955 - 1985).....	16
Tabela 2 –	Participação Feminina no Mercado de Trabalho (1960 - 1980).....	27

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Agência Central de Inteligência
DMZ	Zona Desmilitarizada.
KOSTAT	Statistics Korea
KPR	República Popular da Coreia
USAMAG	United States Army Military Government

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>DA COLONIZAÇÃO JAPONESA ATÉ O 18 DE MAIO .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>2.1 Contexto Histórico .....</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>3 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA LUTA PELA DEMOCRACIA...</b>	<b>24</b>
<b>3.1</b>	<b>3.1 As Mulheres e o 18 de Maio.....</b>	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>30</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>36</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>

## **A CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS DO 18 DE MAIO: APAGAMENTO E RETOMADA DAS MULHERES SUL-COREANAS**

Maria Clara Nunes Pimentel de Andrade\*

### **RESUMO**

Este trabalho aborda a construção das narrativas em torno do evento conhecido como "18 de Maio" ou "Revolta de Gwangju" na Coreia do Sul, usando a teoria feminista, focando no papel das mulheres sul-coreanas e sua participação nessa luta histórica pela democracia. O objetivo é analisar o apagamento e a posterior retomada das histórias das mulheres, explorando como suas vozes foram negligenciadas e silenciadas na memória coletiva. A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica-documental, que abrange estudos acadêmicos, artigos e matérias dos jornais coreanos KBS e Hani, publicadas entre 2018 e 2022. Também, é realizada uma análise de conteúdo detalhada, examinando narrativas históricas, depoimentos pessoais e outras fontes primárias e secundárias. Este estudo fornece uma base teórica para futuras pesquisas a respeito do tema, além de contribuir para o fortalecimento da consciência histórica e a promoção de uma narrativa sobre mulheres em movimentos democráticos. Por meio dessa pesquisa, percebe-se que há, a partir de 2018, uma mudança no tratamento das mulheres que participaram do 18 de Maio, antes vistas apenas como vítimas e personagens secundárias da revolta, passando a serem reconhecidas pelo seu papel importante na luta pela democracia.

**Palavras-Chave:** Estudos de gênero; Coreia do Sul; Democracia; Narrativa.

### **ABSTRACT**

This paper addresses the construction of narratives surrounding the event known as the "May 18" or "Gwangju Uprising" in South Korea, using feminist theory to focus on the role of South Korean women and their participation in this historical fight for democracy. The objective is to analyze the erasure and subsequent reclaiming of women's stories, exploring how their voices were neglected and silenced in collective memory. The adopted methodology consists of a literature review and documentation, encompassing academic studies, articles, and news reports from the Korean newspapers KBS and Hani, published between 2018 and 2022. Furthermore, a detailed content analysis is conducted, examining historical narratives, personal testimonies, and other primary and secondary sources. This study provides a theoretical foundation for future research on the topic, while also contributing to the strengthening of historical consciousness and the promotion of a narrative about women in democratic movements. This paper acknowledges a shift, starting from 2018, in the treatment of women who participated in the 18th of May, previously seen only as victims and secondary characters of the uprising, now being recognized for their important role in the fight for democracy.

**Keywords:** Gender Studies; South Korea; Democracy; Narratives.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No dia 09 de maio de 2022, a Coreia do Sul elegeu, com uma diferença de menos de um ponto percentual em relação ao seu adversário, seu novo presidente: Yoon Suk-yeol. Parte da onda de ultra-direita que se espalhou pelo mundo nos últimos anos, o presidente Yoon foi candidato pelo PPP, partido conservador ligado à antiga ditadura militar que assolou a Coreia do Sul até 1987<sup>1</sup>. Dentre as diversas razões para a volta de um governo conservador ao poder, destaca-se aqui o crescente sentimento anti-feminista que se alastrou entre os jovens adultos sul-coreanos; quando o antigo presidente democrata, Moon Jae-in (2017-2022), falhou em conter os problemas econômicos internos, com o aumento significativo do preço dos imóveis, parte desse grupo de homens jovens passou a culpar as mulheres e as ações afirmativas direcionadas a elas<sup>2</sup>, sancionadas durante a gestão de Moon (MOON, 2023).

O presidente Yoon soube captar muito bem a atenção dos jovens entre 20 e 30 anos, através de declarações polêmicas como culpar o feminismo pela baixa taxa de natalidade na Coreia do Sul – registrada como 0,78 em 2022 pela Statistics Korea –, elogios ao regime militar e a promessa de abolir o ministério de igualdade de gênero, caso eleito. O então candidato na época chegou a dizer em uma entrevista para a agência de notícias Yonhap que “abolir o ministério de gênero é sobre fortalecer a proteção às mulheres, famílias, crianças e os socialmente fracos”, (YOON, 2022). Uma pesquisa eleitoral realizada pela empresa Statista em 2021 indicou que cerca de 59% dos homens entre 20 e 29 anos e 53% entre 30 e 39 anos votaram em Yoon. A diferença é gritante ao se comparar com a porcentagem de mulheres do mesmo grupo, com números de 34% e 44%, respectivamente.

Na Coreia do Sul, a mentalidade altamente militarizada do país e a marginalização das mulheres na sociedade e na política estão intimamente ligadas,

---

<sup>1</sup> O Partido do Poder Popular foi formado pela junção de diversos partidos conservadores de direita, dentre eles o Grande Partido Nacional, que não só apoiou abertamente o golpe de estado que instaurou o governo de Park Chung-hee na década de 1960, como elegeu sua filha, Park Geun-hye, para presidência em 2013.

<sup>2</sup> Dentre as políticas afirmativas que geraram críticas durante o governo do presidente Moon estão a criação de cotas para empregos e universidades exclusivas para mulheres, apontadas como causas do "colapso da meritocracia" e do atual retardo no crescimento econômico da Coreia do Sul.

desde seu próprio desenvolvimento enquanto nação, durante a Guerra Fria. O presente artigo pretende estudar a Revolta de Gwangju, empregando-se da teoria feminista e de estudos para a paz para entender a inviabilização das mulheres que lutaram pelo fim do regime ditatorial sul coreano e colocá-las como protagonistas na luta pela democracia e pelos direitos humanos.

Portanto, será feita uma aproximação heterodoxa das Relações Internacionais. O estudo das Relações internacionais como ciência surge no pós Primeira Guerra Mundial (HALLIDAY, 2007) de uma perspectiva eurocêntrica e masculina, centralizada no Estado como principal ator do Sistema Internacional (RABELO, 2014; MONTEIRO, 2014). Teorias clássicas e neoclássicas foram construídas para explicar o porquê os Estados entram em guerra e as relações de poder que permeiam as RI, sempre focando o Estado em consideração, seja estudando a interação deste com outros Estados ou com outros atores (LITTLE, 2007). É dessa marginalização histórica de outros pontos de vista que surge a necessidade de se criar outras teorias, fora do *mainstream*, para explicar as RI em outros aspectos, colocando em evidência outros membros do Sistema Internacional (DANTAS, 2022; BUZAN; HANSEN, 2012).

Nesse sentido nasceu a teoria feminista, que procura estudar a política internacional e as relações de gênero. A metodologia feminista questiona a marginalização histórica das mulheres em diversos níveis das Relações internacionais, ao passo em que quebra a falsa neutralidade dentro da área, “uma vez que elas escolhem um lado, o lado masculino e, deixam de fora as mulheres e as suas experiências” (DANTAS, 2022).

Quando entramos no campo da Segurança Internacional e dos estudos para a paz, percebemos que as mulheres sempre estiveram envolvidas em conflitos, não de forma estereotipada, no papel de vítimas e passivas, mas como atores ativos na construção da paz e na luta contra a violência de gênero (PARASHAR; ENLOE, 2014). A partir do triângulo da violência, elaborado por Galtung (1996), entende-se que a violência simbólica ou cultural legítima outros os outros tipos de violência, e atua de forma invisível, por exemplo dentro da linguagem, das ciências formais e da arte (DURAN, 2021). Sendo assim, a marginalização das perspectivas femininas dentro da academia de RI pode ser considerada violência simbólica de gênero.

O resgate dessas perspectivas e a não aceitação da invisibilidade ao colocar a mulher como ator central nos estudos de segurança são também uma forma de

denunciar e lutar contra a violência, seja ela doméstica ou internacional, direta ou indireta, uma vez que ambas estão conectadas (TICKNER, 1992; GALTUNG, 1996). Ao estudar o 18 de Maio pela lente de gênero, o presente artigo pretende localizar e resgatar as narrativas femininas negligenciadas ao longo da história, bem como demonstrar sua importância na luta pela paz e pela democracia.

Para a realização do trabalho, a metodologia conta com uma revisão bibliográfica e documental em conjunto com uma análise de artigos publicados em 2018, 2020 e 2022 por pesquisadoras da Universidade de Yonsei e Universidade de Chosun, para analisar como as narrativas femininas da Revolta de Gwangju eram percebidas nos respectivos anos. Os descritores utilizados na busca destes artigos foram: “5.18” e “여성” ou “mulheres”, traduzido. Além dos artigos, foram separados matérias dos jornais coreanos KBS e Hani publicados em 2018, 2019 e 2021 que envolvessem o tema.

A classificação de uma pesquisa quanto aos seus objetivos se divide em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas (KIPNIS, 2005). Essa metodologia foi escolhida como objetivo de pesquisa neste trabalho devido à sua capacidade de proporcionar maior proximidade com a questão em estudo, conforme apontado por Gil (1996), a fim de construir hipóteses por meio do cruzamento de dados obtidos dos artigos retirados da Universidade de Yonsei e Universidade de Chosun com as matérias publicadas pelos jornais Hani e KBS.

Os procedimentos de coleta dos dados supracitados, foram feitos através de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Este estudo pode ser classificado como qualitativo, exploratório e descritivo. É qualitativo porque busca, de acordo com as definições de Richardson (2007):

Descrever a complexidade do problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (Richardson, 2007).

Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa é uma metodologia com relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

É considerado exploratório pois examina a problemática das narrativas minoritárias em eventos históricos em um cenário pouco conhecido no Brasil: a

revolta de Gwangju. Apesar de não se tratar de um evento nacional, esse estudo entende que a violência praticada pelo Estado sul-coreano de forma direta, com a Lei Marcial que levou à revolta, e indireta, com o posterior apagamento do papel das mulheres no levante, tem padrões que podem ser encontrados em outros governos autoritários, como o regime militar do Brasil. Ademais, no campo das Relações Internacionais, o estudo de violência de gênero local, apesar de considerar o contexto e particularidades de cada local, não é completamente desconectado do resto do mundo. Como dito por Cynthia Enloe (2014), “o pessoal é internacional” e “o internacional é pessoal”.

## **2 DA COLONIZAÇÃO JAPONESA ATÉ O 18 DE MAIO**

A história da Coreia do Sul é marcada por uma série de eventos significativos os quais moldaram e/ou corroboraram com a manutenção de sua identidade nacional, tanto política, quanto econômica e social. Um dos períodos cruciais para se entender a República da Coreia hoje é a ocupação de seu território pelo Império do Japão, durante os anos 1910 e 1945, antes mesmo da divisão da península coreana em norte e sul (CUMMINGS, 2011).

A colonização japonesa da Coreia foi um evento traumático em sua história. Inúmeros relatos de violência e abuso de poder como sequestro, estupro e aculturação forçada dos coreanos, dentre outros, marcam esse capítulo sangrento. O sistema de conforto foi considerado um dos mais elaborados sistemas de tráfico de mulheres da humanidade (TANAKA, 2003), além de crime de guerra que chocou o mundo. Apesar da repressão, este também foi um período de intensa resistência ao Império do Japão, que fomentou a criação de uma identidade nacional e a busca pela independência e liberdade.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, após a derrota do Japão pelos Aliados, a península da Coreia finalmente se viu livre do domínio japonês. Entretanto, a soberania do Estado coreano ainda não estava garantida. Pelo contrário: seu território foi dividido em dois como fruto da Guerra Fria<sup>3</sup>. A parte norte, apoiada pela União Soviética e, posteriormente, pela China, adotou um regime socialista encabeçado pelo líder Kim Il-sung, passando então a se chamar República

---

<sup>3</sup> A divisão feita pelas duas superpotências no paralelo 38 visava restabelecer a Coreia como um estado independente. O documento pode ser encontrado em <[https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945v02/pg\\_821](https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945v02/pg_821)>. Acesso em 27 de abr. de 2023.

Popular da Coreia (PRK); enquanto a região sul, estrategicamente posicionada entre a China e a URSS, foi ocupada pelos Estados Unidos, de quem recebeu apoio político, militar e econômico, como uma forma de contenção do comunismo na região Ásia-Pacífico (MOON, 2017). Assim, ela se tornou a República da Coreia, mais conhecida como Coreia do Sul.

De 1945 a 1948, após o fim da ocupação japonesa na península coreana, os Estados Unidos estabeleceram um governo militar provisório na Coreia do Sul (USAMAG)<sup>4</sup>, apoiados pelas elites locais, senhores de terra com ligação direta com o governo japonês e que temiam o avanço do socialismo no país. Uma parte significativa dessa elite migrou do norte, onde eram considerados traidores da nação, para o norte, o que contribuiu para a rivalidade dos dois regimes e sua conveniência com a violência do USAMAG na supressão de movimentos nativos contrários ao governo estadunidense, sob o discurso de ameaça comunista financiada pela União Soviética (Cumings, B. 2010). Com o suporte das elites locais, o sentimento anti-comunista se tornou uma das principais ferramentas desse novo regime para estabelecer na Coreia do Sul uma identidade nacional, antes prejudicada pela colonização e guerra civil, e de mobilizar os membros da sociedade civil para torná-los úteis e dóceis, que estariam dispostos a abandonar seus próprios direitos em prol da nação. (MOON, 2005).

Seguindo essa linha, quando Syngman Rhee (1948-1960) se torna o primeiro presidente da Coreia do Sul, há a manutenção do autoritarismo alinhado com a ideia de industrialização comprimida, importada do Japão, e da construção de um Estado moderno para alcançar os países desenvolvidos do ocidente. Com o apoio dos Estados Unidos, a Coreia do Sul seria um modelo exemplar de modernização capitalista. (KIM, 2000). Para suprimir mobilizações populares, Rhee aprova a Lei de Segurança Nacional, no ano de 1948, mais uma vez legitimando o uso da força do Estado com o objetivo de resistir à “ameaça do norte” e suceder na disputa com a PRK. A lei tornou mais visível a importância que as forças armadas possuíam no recém-formado país (MOON, 2005).

Ainda no governo Rhee, foram assinados dois acordos internacionais que exemplificam o caráter de seu regime quanto às relações internacionais: o armistício Panmunjom, ou Acordo De Armistício Coreano, que põe fim ao combate direto entre os dois lados da península e estabelece a criação da zona desmilitarizada (DMZ); e

---

<sup>4</sup> United States Army Military Government

o Tratado de Defesa Mútua entre os Estados Unidos e a República da Coreia, acordo que permitia a entrada de forças militares estadunidenses em território sul coreano sem aviso prévio, visando a proteção contra ataques armados externos. Ambos os acordos foram assinados no ano de 1953, com apenas dois meses de diferença.

Rhee deixa o governo e assume o general Park Chung-hee (1961-1979), presidente de suma importância não só para o avanço do plano de industrialização e desenvolvimento da Coreia do Sul (MOREIRA, 2017) mas também para a aplicação efetiva e institucional da modernidade militarizada em conjunto com a mobilização em massa segmentada por gênero, nas quais as mulheres ocuparam-se do trabalho doméstico e secundário, enquanto homens, obrigados a entrar no exército, encarregaram-se das posições primárias no mercado de trabalho (MOON, 2017). Durante o seu governo, Park efetivou uma parceria com os EUA e fez uma participação importante na guerra do Vietnã, mandando mais de 300.000 soldados para lutar em mais um confronto indireto com a Coreia do Norte (HAN, 1998). Em troca, recebeu ajuda financeira americana e a modernização de sua indústria militar. Sua participação neste conflito serviu também como propaganda do próprio regime em favor da guerra, em um cenário onde discursos críticos e protestos populares não tinham espaço.

Outra quantia significativa de investimento estrangeiro que auxiliou na rápida modernização e transformação econômica da Coreia do Sul veio do Japão, por meio de acordos compensatórios pelo período de colonização. O rápido desenvolvimento industrial entre as décadas 60 e 80 ficou conhecido como o "milagre do Rio Han" (MOREIRA, 2016). Com o apoio dos Estados Unidos e do Japão, e com certo impulso do cenário internacional favorável, o governo sul-coreano promoveu políticas voltadas para o crescimento da indústria nacional e da economia de exportação, que levaram ao surgimento de grandes conglomerados industriais, conhecidos como *chaebols*, em setores tecnológicos como a indústria pesada, eletrônica e automobilística. Esse período de rápido desenvolvimento econômico também foi acompanhado por mudanças sociais e culturais significativas na Coreia do Sul, à medida que a sociedade se urbanizou e modernizou.

**TABELA 1** - Classes na sociedade Coreana (1955 - 1985) (Unidade % e população em milhares)

Ano	1955	1960	1970	1975	1980	1985
<b>Classe capitalista</b>	<b>0.3</b>	<b>0.5</b>	<b>0.6</b>	<b>0.9</b>	<b>1.1</b>	<b>1.4</b>
<b>Nova classe média</b>	<b>4.1</b>	<b>4.3</b>	<b>5.7</b>	<b>6.8</b>	<b>8.7</b>	<b>11.0</b>
<b>Autônomo não agrícola</b>	<b>7.5</b>	<b>10.5</b>	<b>13.6</b>	<b>14.7</b>	<b>17.1</b>	<b>21.0</b>
<b>Fazendeiros e pescadores</b>	<b>70.6</b>	<b>65.2</b>	<b>51.7</b>	<b>42.5</b>	<b>33.5</b>	<b>23.9</b>
<b>Classe trabalhadora</b>	<b>9.2</b>	<b>11.8</b>	<b>24.1</b>	<b>31.5</b>	<b>37.2</b>	<b>41.5</b>
<b>Marginais, sem propriedade</b>	<b>8.3</b>	<b>7.7</b>	<b>4.3</b>	<b>3.6</b>	<b>2.5</b>	<b>1.2</b>
<b>População economicamente ativa</b>	<b>6390</b>	<b>7522</b>		<b>10532</b>	<b>11638</b>	<b>12708</b>

FONTE: KOSTAT, 1999

Como observado na Tabela 1, esse desenvolvimento econômico acelerado afetou diretamente a conjuntura das classes da época. Enquanto em 1955 mais de 70% da população economicamente ativa da Coreia do Sul trabalhava no campo, com agricultura ou pesca, em 1985 essa categoria representa menos de 24% da população. Pode-se concluir que a maior parte desses trabalhadores se deslocou para a mais nova classe majoritária: a classe trabalhadora das novas indústrias.

Essas medidas, por natureza, promoveram também uma urbanização acelerada nas principais capitais do país. As *chaebols*, criadas com o objetivo de expandir a economia coreana, rapidamente se tornaram os principais empregadores do país. Os incentivos fiscais e a nova importância que a exportação ganhou para a economia da Coreia do Sul também deram tornaram as *chaebols*, ou as famílias por trás das *chaebols*, uma peça fundamental na política do país, sendo também consideradas a nova elite local (JANG; JEONG, 2001).

Voltando à classe trabalhadora, o crescimento industrial teve impactos negativos, como a perda de direitos trabalhistas e a falta de segurança no emprego. A classe trabalhadora coreana também enfrentou desafios em termos de organização sindical e participação política. O governo sul-coreano foi historicamente resistente aos sindicatos e às reivindicações dos trabalhadores, levando a conflitos frequentes entre trabalhadores e empregadores (KOO, 1992). Além disso, o processo de proletarianização foi acompanhado por uma grande mudança nas estruturas sociais do país. A Coreia do Sul era tradicionalmente uma sociedade hierárquica, com um sistema de castas que limitava a mobilidade social. Com a emergência das indústrias, fábricas e da nova classe trabalhadora, a crescente importância do mérito e da educação na sociedade coreana permitiu uma

maior mobilidade social, mas também criou tensões sociais e culturais (MOON, 2017)

No ápice do sentimento patriótico diretamente ligado à manutenção da guerra, Park definiu muito bem os papéis de gênero dentro do território nacional, primeiro ao associar o serviço militar (obrigatório e exclusivamente masculino) aos cargos mais importantes nas indústrias e empresas crescentes, e segundo, ao colocar mulheres como mão de obra secundária e ligá-las ao trabalho reprodutivo e doméstico, sem participação de destaque no país (MOON, 2005).

Quando o serviço militar obrigatório é firmado por lei, ele está diretamente relacionado com a participação masculina no mercado de trabalho: além da “glória” de fazer parte do exército, ter servido era um dos requisitos para conseguir um bom emprego, também contando como experiência de trabalho. Dessa forma, homens com altos cargos no exército recebiam treinamentos e participação para altos cargos nas indústrias, públicas ou privadas, chegando a contribuir diretamente para o plano de desenvolvimento nacional. Enquanto isso, as mulheres sul-coreanas ficaram restritas às manufaturas, como mão de obra de suporte, onde recebiam aulas de como ser boas esposas e participarem ativamente do planejamento da casa e da família, beneficiando principalmente mulheres casadas (MOON, 2017).

A exclusão das mulheres como força de trabalho relevante e reconhecida é acompanhada da importância simbólica do serviço militar masculino.

Park Chung-hee foi assassinado pela própria Central de Inteligência da Coreia, em 1979. Em decorrência, a modernização militarizada entra em declínio e é o governo é sucedido através de um golpe, por outro militar: Chun Doo-hwan (1979-1980) se torna presidente. Extremamente impopular, a chegada de Chun à presidência é recebida com diversos protestos, alinhados com a luta pela democratização da Coreia do Sul, a qual ele tentou duramente reprimir (ANH, 2003).

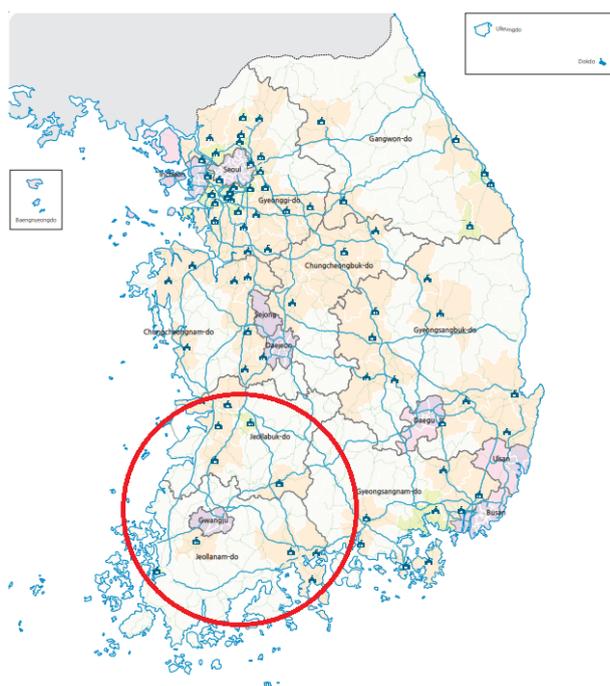
Um dos marcos mais importantes dessa luta foi a Revolta de Gwangju (LEE, 1999), também conhecida como 18 de Maio, data do início da revolta, onde a cidade de Gwangju se tornou palco de um movimento popular contra o regime militar, em 1980. Iniciada por estudantes, o 18 de Maio uniu também a classe trabalhadora e foi capaz de resistir à opressão da ditadura, roubar armas do exército e organizar um regime democrático em Gwangju por 9 dias. Chun declarou lei marcial, e o exército foi levado para conter as manifestações e retomar a cidade, com o apoio explícito dos EUA, deixando um saldo de cerca de 500 civis mortos (KIM, 2003).

O Massacre de Gwangju durou apenas nove dias, mas, apesar da ditadura ter retomado o controle da região, o catalisador responsável pela derrocada do regime ditatorial e do discurso onde o governo usava a segurança nacional para legitimar a violência do Estado. Seus efeitos culminaram, sete anos depois, na saída de Chun do poder e no fim da ditadura militar na Coreia do Sul, que adota um regime democrático desde 1987 (MOON, 2017).

## 2.1 Contexto Histórico

Para compreender as causas e consequências do 18 de Maio de 1980, é necessário analisar os fatores socioeconômicos da Coreia do Sul e de Gwangju antes da revolta, incluindo a desigualdade social, a pobreza e a falta de participação política da população. A região de Honan, circulado em vermelho (Figura 1), foi uma das áreas mais pobres e menos desenvolvidas do país na época, com poucas oportunidades econômicas e uma grande disparidade entre as classes sociais (ANH, 2003). A concentração de riqueza nas mãos de uma pequena elite econômica, combinada com a falta de representação política da população local, contribuiu para um sentimento de exclusão e marginalização.

**FIGURA 1** - Distribuição das Cidades na Coreia do Sul



**FONTE:** The National Atlas Of Korea III, 2021

Além disso, o contexto político da época também desempenhou um papel importante na Revolta de Gwangju. Em 1979, o ditador sul-coreano Park Chung-hee foi assassinado, deixando o país em uma situação de instabilidade política. Seu sucessor, Chun Doo-hwan, implementou uma série de medidas autoritárias, legitimadas pela Constituição *Yishin*<sup>5</sup> – que deu nome ao regime da época. Dentre outras medidas, esta constituição paralisava a Assembleia Nacional, concentrava os poderes administrativo, legislativo e judiciário nas mãos do governante e, principalmente, dava ao presidente o direito de usar a máquina estatal para se manter no poder, ou seja, o uso legítimo da força contra qualquer grupo que ameaçasse seu mandato (KIM e VOGEL, 2013).

Essas políticas levaram a um clima de descontentamento generalizado em todo o país, e a Revolta de Gwangju foi uma das manifestações mais violentas desse descontentamento. A mobilização contou com a participação de estudantes, trabalhadores, camponeses e outros setores da sociedade, que se uniram em uma luta comum pela liberdade e pelos direitos políticos. O fato da cidade de Gwangju ter sido palco desse massacre orquestrado pelo governo não foi por acaso. Como foi dito anteriormente, a Coreia do Sul passou por uma intensa transformação socioeconômica que contou com um rápido processo de industrialização e urbanização durante o regime de Park (KOO, 2010). Se, por um lado, a modernização militarizada trouxe avanços significativos para a economia sul-coreana, impulsionando o crescimento e a exportação de produtos industrializados, permitindo assim que um país anteriormente quebrado e agrícola se inserisse com força no mercado internacional; por outro lado, a modernização também trouxe consigo novas formas de desigualdade social e exploração econômica que se manifestaram em problemas como a crescente polarização entre ricos e pobres, a precarização do trabalho e a marginalização de grupos vulneráveis (CHO e CHANG, 2017).

A situação de Gwangju na época é uma boa representação da bipolaridade nacional no início da década de 1980. Situada no centro da região de Honam, entre Jeolla do Norte e Jeolla do Sul (Imagem 1), a cidade de Gwangju vivia em uma situação atípica se comparada com o resto da Coreia do Sul. Enquanto no

---

<sup>5</sup> A constituição de *Yishin* foi aprovada na quarta república, durante o governo de Park, para garantir que não haveria eleições diretas na Coreia do Sul. Depois da morte de Park, Chun usou a constituição para se tornar o novo presidente.

panorama nacional 33,5% da população eram trabalhadores rurais, na região de Honam eles ainda representavam 51,8% da força de trabalho, de acordo com a KOSTAT (1999). Honam recebeu menos investimento do governo que outras regiões do país, o que resultou em uma industrialização muito mais lenta (ANH, 2003).

Com o êxodo rural e o aumento da quantidade de fábricas e, conseqüentemente, de trabalhadores nas cidades, o governo sentiu necessidade de fechar acordos para a importação de produtos agrícolas do Estados Unidos, como o “Agricultural Commodity Credit Agreement” (1974) e “Agricultural Products Trade Agreement” (1976). No entanto, a abertura da economia sul-coreana nos anos 1970 e 1980 levou a uma maior competição com produtores estrangeiros, resultando em preços mais baixos para produtos agrícolas nacionais. Como resultado, muitos agricultores tiveram dificuldades para manter seus negócios rentáveis e muitos tiveram que deixar a agricultura em busca de outras formas de subsistência (BURMEISTER, 1992).

Burmeister (1992) argumenta também que essa situação foi agravada pela política governamental da Coreia do Sul, que tendia a favorecer os setores industriais em detrimento da agricultura. A política governamental, combinada com a competição estrangeira, levou a uma desvalorização do trabalho agrícola e uma desaceleração da produção agrícola, o que prejudicou os pequenos produtores. Além disso, Burmeister ressalta que a desigualdade social aumentou na Coreia do Sul nos anos 1970 e 1980, e muitos agricultores locais foram deixados para trás nesse processo.

Por conta de sua condição, a população empobrecida de Honam sofreu especialmente pela desvalorização dos produtos agrícolas, e, como resultado, descontentamento com o governo. Essas contradições foram agravadas pelo regime militar que governava o país desde 1961, que impôs uma política de desenvolvimento econômico baseada na repressão política e no controle social. O regime militar utilizou o aparato estatal para suprimir os movimentos sociais e limitar a liberdade de expressão, de associação e de manifestação (SHIN, 2020).

Gwangju, a principal cidade da região, era industrializada em relação aos arredores, mas com uma economia menos dinâmica em comparação com outras regiões do país. A cidade também contava com uma forte tradição de lutas populares e um movimento estudantil e social organizado, o que favoreceu a articulação de uma mobilização popular (KIM; JEONG, 1990).

## 2.2 A Revolta de Gwangju

A Revolta de Gwangju teve início em 18 de maio de 1980, quando estudantes da Universidade de Chonnam iniciaram uma série de manifestações em repúdio à suspensão das liberdades democráticas pelo governo militar, após a morte do estudante universitário Park Jong-chul, que foi torturado até a morte pelos agentes da Agência Central de Inteligência (ACI). A notícia da morte de Park provocou uma onda de protestos em Gwangju, que rapidamente se transformou em uma revolta popular contra o regime (KIM, 2003).

As manifestações logo se espalharam pela cidade, contando com a participação de trabalhadores, camponeses e outros setores da sociedade. O regime militar reagiu com violência aos protestos, mobilizando tropas para reprimir os manifestantes. A repressão violenta do governo militar deixou um saldo de centenas de mortos e milhares de feridos, além de ter contribuído para o fortalecimento do movimento de protesto. Os desdobramentos dos nove dias de resistência são sangrentos, enquanto a população pedia pelo fim da repressão e protestava contra a violência, os soldados da ACI foram ordenados para tratar a população como inimigas do Estado. Hang Kim (2011), chegou a escrever o seguinte:

As forças mais disciplinadas na Coreia do Sul, as quais supostamente deveriam matar apenas inimigos da nação, apontaram para os civis que fugiam, caíam ou resgatavam outras pessoas. Deste momento em diante, quando as tropas de elite atacaram os cidadãos nus e indefesos de sua própria nação, Gwangju não era mais uma cidade da Coreia, e sim um mero campo de batalha ou um território inimigo. (KIM, 2011).

Os confrontos mais sangrentos ocorreram em torno da Universidade Nacional de Gwangju, onde os estudantes se refugiaram após o confronto inicial com as forças governamentais. No entanto, a universidade acabou sendo cercada por forças militares, que usaram gás lacrimogêneo e armas de fogo contra os manifestantes. Após a invasão militar, os habitantes de Gwangju enfrentaram sérias dificuldades. O governo impôs um toque de recolher estrito, fechando todas as lojas e escolas. A mídia foi censurada, e as comunicações foram interrompidas. Aqueles que foram presos eram frequentemente submetidos à tortura e detidos por longos períodos sem julgamento (LEE, 2017).

No entanto, a resistência continuou, mesmo com as forças governamentais cada vez mais brutais em seus ataques. Muitos cidadãos de Gwangju ajudaram a esconder estudantes e outros manifestantes, proporcionando-lhes refúgio e suprimentos, apesar do grande risco para si mesmos. Em 20 de maio, no mesmo dia em que tropas militares chegam à cidade, foi publicado pela primeira vez um jornal chamado de “Boletim dos Militantes”, com o propósito de denunciar a brutalidade do governo para a população local e desafiar a censura (KIM, 2003; HAN, 2003)

No dia 21 de maio, os estudantes e trabalhadores de Gwangju se organizaram em grupos para proteger a cidade e resistir à repressão militar. Eles construíram barricadas nas ruas e estabeleceram uma zona livre de controle governamental na prefeitura de Gwangju. Os soldados tentaram invadir a cidade, mas foram impedidos pela resistência popular. Em 23 de maio, as tropas militares recuaram da cidade, dando aos cidadãos uma sensação de alívio que não duraria muito: no dia seguinte, os militares voltaram à cidade e a luta recomeçou (KIM, 2003)

A partir do dia 25, a repressão se intensificou ainda mais, com relatos de torturas e execuções de manifestantes que foram capturados pelas forças militares, minando a resistência até o dia 27 de maio, quando o governo anunciou que havia retomado o controle total da cidade (KIM, 2003; LEE, 2017). Segundo o relatório oficial do governo, o número de mortos na revolta foi de 207 civis e 17 soldados. Entretanto, esses números foram questionados pelos militantes, alegando subnotificação do governo quando estimam que mais de 2000 pessoas desapareceram durante o massacre (LEE, 2017).

Depois que a revolta foi contida, o presidente Chun, aliado às elites locais, trataram o ocorrido como um mero incidente, elaborando uma narrativa onde o exército precisou conter os rebeldes, que afirmava que os cidadãos de Gwangju eram inimigos e haviam sido mandados pela Coreia do Norte para desestabilizar a nação (MOON, 2017 e KIM, 2003).

Essa perspectiva foi defendida durante os sete anos seguintes, sendo desmentida apenas após a redemocratização do país. Entretanto, embora a Coreia do Sul recém saída da ditadura militar reconhecesse o 18 de Maio como um movimento pela democracia e pelo fim do regime *Yishin*, foi um longo caminho a ser percorrido para indenizar as vítimas da violência militar presenciada na revolta (KIM, 2011).

A punição dos mandantes dos ataques, a investigação e divulgação do que realmente ocorreu e foi adulterado pelo governo, o verdadeiro número de mortos e desaparecidos, a restauração da honra dos cidadãos de Gwangju e o suporte psicológico para as vítimas e famílias são demandas feitas pelos militantes que não foram atendidas de imediato (LEE, 2017). Algumas delas, como o número de mortos, permanecem sem respostas até hoje.

Estudos sobre o legado do 18 de Maio para a democracia sul coreana foram feitos, e no entanto ainda é um tema controverso em alguns grupos conservadores do país. O próprio presidente Yoon chegou a elogiar o período da ditadura e a administração de Chun anteriormente, mas pediu perdão à cidade de Gwangju depois, durante a sua campanha eleitoral. Outro acontecimento recente é o pedido de desculpas de Chun Won-won, neto do ex-presidente Chun Doo-hwan, àqueles que se opuseram ao regime ditatorial. Chun Won-won se tornou a primeira pessoa da sua família a visitar o cemitério nacional de Gwangju, construído para as vítimas do massacre.

Apesar dos acontecimentos do 18 de Maio serem mais claros, em relação a 1980, a narrativa sobre a revolta ainda pode mudar de acordo com a perspectiva de quem está contando a história. Nesta pesquisa, o foco será o ponto de vista de uma classe que foi de suma importância para a organização da revolta e para a luta da classe trabalhadora contra a ditadura e, no entanto é um grupo cuja contribuição foi invisibilizada: as mulheres (KANG, 2003).

### **3 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA LUTA PELA DEMOCRACIA**

Na segunda metade do século XX, diversos países ao redor do mundo enfrentaram ditaduras. O governo militar instaurado na Coreia do Sul (1961-1987) teve início e duração parecidos com a ditadura militar do Brasil (1964-1985), por exemplo. Obviamente, os contextos internos de cada golpe foram diferentes, e, no entanto, carregam semelhanças (RENIQUE, KATSIAFICAS, 2012). Nesse contexto, a resistência e os movimentos populares desse período guardam também uma certa afinidade que, quando analisadas, nos permitem compreender como esses movimentos emergem e operam.

Do ponto de vista internacional, os dois governos militares foram apoiados pelos Estados Unidos (CUMMINGS, 2010), (FICO, 2008) e fizeram parte de uma

agenda neoliberal. Dentro do contexto da Guerra Fria, o “medo do comunismo” foi utilizado como uma forma de legitimar o golpe e a violência do Estado contra grupos contrários ao regime.

Do ponto de vista interno, a expressão de descontentamento popular, sindicatos, movimentos estudantis e oposição ao governo regente de maneira geral foram suprimidos pelos militares. Descrição dos casos de violação de direitos humanos e desarticulação de organizações políticas de oposição podem ser encontradas em relatórios da Comissão Nacional da Verdade (2014), criada especificamente para isso no caso do Brasil, ou da Human Rights Watch (1995), na Coreia do Sul. A insatisfação com o governo da época, vindas em sua maioria, de classes oprimidas, resistiu e foi o combustível para a luta, armada ou não, pela democratização. Nos movimentos populares da América Latina, as comunidades indígenas, os trabalhadores, as mulheres e os jovens desempenharam papéis importantes na organização e mobilização. Na Coreia do Sul, os estudantes, os trabalhadores, os líderes religiosos e as organizações de mulheres foram atores-chave. Essa ampla coalizão de atores sociais permitiu que esses movimentos reunissem uma grande variedade de demandas e necessidades populares. (YUN, 1997)

Quanto à participação feminina no combate à ditadura, também existem semelhanças entre o caso do Brasil e de outros países latino-americanos e a Coreia do Sul. A resistência das mulheres em ditaduras latino-americanas tem sido um tema relevante nas últimas décadas, sendo objeto de estudos e análises que buscam compreender o papel e a contribuição das mulheres nesses contextos autoritários, visto que a perspectiva delas muitas vezes é ignorada.

No Brasil, as instituições religiosas e a imprensa foram importantes para criar uma imagem positiva de mulheres, mães e esposas que defendiam os valores tradicionais e conservadores, ao passo em que demonizam aquelas que lutavam contra o regime autoritário<sup>6</sup>. Isso, em conjunto com a falta de uma militância organizada de esquerda, ajudou na falta de uma mobilização feminina a favor da democracia no início. Entretanto, é evidente que as mulheres desempenharam papéis ativos e significativos ao longo do tempo. Elas participaram de movimentos estudantis, sindicais, de trabalhadores rurais e urbanos, além de estarem envolvidas

---

<sup>6</sup> A associação entre comunismo e ateísmo em uma sociedade majoritariamente católica contribuiu para que ideais progressistas e de esquerda fossem mal vistos e repelidos.

em organizações de defesa dos direitos humanos, e contribuíram para a articulação de redes de apoio e solidariedade (TELES, 2008).

Um aspecto em novos estudos sobre a luta das mulheres durante esse período é o papel dos afetos na mobilização das mulheres. O sentimento de indignação, a solidariedade entre as companheiras de luta e a preocupação com o bem-estar das famílias foram motivações importantes para a resistência. Esses afetos foram fundamentais para fortalecer os laços de solidariedade e promover ações coletivas de enfrentamento aos regimes ditatoriais (TELES, 2008).

Além disso, elas foram alvo de perseguições, prisões arbitrárias, torturas e formas de violência sexual por parte dos militares, desde estupro ao aborto forçado em mulheres grávidas prisioneiras. No entanto, a resistência das mulheres não se limitou apenas à sua condição de vítimas, mas também se manifestou como uma forma de reafirmação de sua identidade, de sua luta, direta ou indireta, por liberdade e justiça (RIDENTI, 1990).

Apesar de tudo, ao se recontar a história da resistência na ditadura militar, a participação das mulheres é muitas vezes invisibilizada, especialmente quando se trata desse apoio “nas sombras” que elas ofereciam aos homens. Por isso a importância da memória e da narrativa na preservação da história das mulheres (WOLFF, 2013). A construção de uma narrativa que reconheça e valorize o papel das mulheres é fundamental para combater o apagamento histórico e garantir que suas contribuições sejam reconhecidas e valorizadas.

Também é importante destacar que a resistência das mulheres em ditaduras latino-americanas não se limitou apenas às ações políticas e sociais. Elas também desempenharam um papel fundamental na preservação da cultura, da identidade e da memória coletiva. Por meio da produção artística, literária e cultural, as mulheres deram voz às suas experiências e contribuíram para a construção de uma visão crítica e reflexiva sobre os períodos ditatoriais.

Na Coreia do Sul, há uma situação interna diferente. Até a quinta república (1981-1987), o país havia passado por uma série de governos ditatoriais desde sua criação como um Estado próprio. Desde o governo de Rhee, grupos de esquerda se mobilizaram para buscar o estabelecimento de um regime democrático, embora fossem suprimidos. Durante o regime Park, graças às políticas de desenvolvimento industrial aceleradas, muitas mulheres passaram também a fazer parte da classe

trabalhadora, inseridas principalmente em fábricas, em cargos menos importantes com péssimas condições de trabalho e recebendo metade do salário dos homens.

**TABELA 2** - Participação Feminina no Mercado de Trabalho (1960 - 1980) (Unidade %)

Ano	1960	1970	1980
<b>Agricultura</b>	<b>30,1</b>	<b>40,8</b>	<b>44,2</b>
<b>Manufatura</b>	<b>21,1</b>	<b>27,9</b>	<b>30,3</b>
<b>Geral</b>	<b>28,7</b>	<b>35,2</b>	<b>36,6</b>

FONTE: Nam, 1996

Conforme a Tabela 2, a porcentagem de mulheres sul-coreanas no mercado de trabalho aumentou consideravelmente entre as décadas de 1960 e 1980. A concentração de mulheres em setores específicos da indústria, como a indústria têxtil e a agricultura, e a constante exposição das mesmas à discriminação de gênero, fosse na forma de assédio ou de salários mais baixos e mais horas de trabalho em relação aos homens, foram fatores que influenciaram o surgimento da consciência coletiva entre as trabalhadoras (NAM, 1996). Nos anos 1970 e 1980, mesmo sob o controle que o governo exercia sobre o trabalho, criminalizando sindicatos e grupos de luta pelos direitos trabalhistas, mulheres se organizaram, chegando a se tornar a linha de frente de greves e protestos por melhores condições de trabalho (KIM, 2003).

Durante o período ditatorial na Coreia do Sul, houve uma coalizão significativa entre as mulheres trabalhadoras e grupos religiosos (LADEVITO, BAVOLEO, 2009, NAM, 2000), como a Young Christian Workers (YCW) e a Urban Industrial Mission (UIM). Essas organizações católicas ofereciam às mulheres trabalhadoras um espaço de apoio mútuo, educação e mobilização. Por meio de grupos de estudo, encontros regulares e atividades coletivas, as mulheres podiam discutir questões relacionadas ao trabalho, compartilhar suas experiências, aprender sobre seus direitos e se fortalecer como coletivo.

As igrejas e grupos religiosos forneciam recursos materiais e simbólicos, além de conexões com outros movimentos sociais e sindicatos, ampliando o alcance e a eficácia das lutas das mulheres trabalhadoras. Essas ações coletivas foram

fundamentais para chamar a atenção para as condições precárias de trabalho e exigir melhorias salariais e de condições de trabalho.

Por outro lado, o movimento estudantil também teve um papel significativo na luta contra a ditadura. Os estudantes se mobilizaram em massa, organizando manifestações, ocupando campi universitários e promovendo a conscientização política. Nesse contexto, mulheres trabalhadoras e estudantes encontraram pontos de convergência em suas lutas. Elas compartilhavam experiências de opressão, exploração e repressão política, o que as uniu na busca por mudanças sociais (LADEVITO, BAVOLEO, 2009). As mulheres trabalhadoras contribuíram com suas demandas específicas relacionadas ao trabalho e às condições de vida, enquanto as estudantes trouxeram questões mais amplas de democracia e justiça social para a mesa, criando assim grupos focados em estudos de gênero, como Grupo Intermediário de Educação para a Sociedade de Mulheres. Essa coalizão foi importante para uma mudança na consciência coletiva das mulheres sul-coreanas (PALLEY, 1990).

### **3.1 As Mulheres e o 18 de Maio**

Dentre os diversos movimentos pró-democracia que se opuseram ao regime de Chun na Coreia do Sul, a Revolta de Gwangju tem um papel especial por ser responsável pela queda da legitimidade do governo que culminou no fim da ditadura militar no país. Assim como em outras revoltas, as mulheres sul-coreanas desempenharam um papel significativo e desafiador na resistência do 18 de Maio, enfrentando não só o exército, mas a discriminação dentro do próprio movimento. Suas ações e participação ativa foram fundamentais para o movimento de protesto e para a busca por mudanças políticas.

Uma das formas mais visíveis de participação feminina na Revolta de Gwangju foi a presença massiva das mulheres nos protestos de rua, marchas e manifestações. Kang Hyun-ah (2003, p.202), constata que os protestos da revolta de Gwangju aconteceram de forma orgânica, com mobilização dos próprios cidadãos conforme a indignação se espalhava pela cidade:

Durante o período da Revolta de Gwangju, as atividades subjetivas de resistência das mulheres foram notáveis. Suas atividades eram realizadas de forma natural, voluntária e espontânea. Quando as circunstâncias tomaram um rumo favorável, como quando as tropas do Exército da Lei Marcial recuaram da cidade, os ativistas masculinos, que haviam se

refugiado no início da revolta, começaram a reaparecer e a excluir as mulheres dos campos políticos e organizacionais oficiais. (KANG, 2003).

Várias classes se juntaram à resistência, desde estudantes a trabalhadores que não necessariamente faziam parte de um sindicato ou de militância (KOO, 2010). A presença feminina nas ruas desafiou os estereótipos de gênero e reivindicou espaço no movimento de protesto.

Além de se manifestarem nas ruas, as mulheres desempenharam um papel fundamental na organização de redes de apoio durante a revolta. Elas estabeleceram cozinhas comunitárias, forneceram alimentos, água, medicamentos e abrigo para os manifestantes. Essas redes de apoio foram cruciais para a sobrevivência e a resistência dos participantes da revolta, garantindo que suas necessidades básicas fossem atendidas mesmo em meio à repressão violenta do regime. As mulheres também eram responsáveis por enterrar os mortos nos combates contra o exército (KANG, 2003). Apesar de menos reconhecido, o apoio emocional oferecido por elas foi importante para encorajar os outros participantes a continuarem resistindo.

As mulheres também se tornaram mensageiras da revolta, transmitindo informações e relatos sobre os acontecimentos para outras comunidades e regiões. Com a censura e restrição à mídia, as mulheres desempenharam um papel fundamental na divulgação de notícias sobre a revolta e os abusos cometidos pelo governo, levando mensagens verbais, panfletos e documentos escritos de um local para outro, garantindo que a resistência e as demandas do movimento fossem divulgadas. Lee Jae-ui (2017), ao descrever os eventos ocorridos durante a revolta, narra quando a militante Chom Chun-sim se dirige a uma multidão com um megafone pedindo que se juntassem ao movimento (2017).

A participação feminina na luta armada foi consideravelmente menor, uma vez que as mulheres enfrentaram obstáculos e discriminação de gênero, sendo excluídas de certas atividades e espaços de liderança. Essa exclusão refletiu as desigualdades e as normas patriarcais presentes na sociedade sul-coreana da época. Em seu estudo sobre a participação e a exclusão feminina na revolta, Kang Hyun-ah, professora e pesquisadora da Universidade Nacional de Chonnam, entrevista mulheres civis que atuaram no 18 de Maio. Uma das entrevistadas — Caso 8 – diz (2003, p. 204):

Nós pedimos aos homens para nos ensinar a usar as armas, e eles disseram que aqueles que serviram no exército sabiam como lidar com elas.

Mas as armas que pegamos dos soldados eram diferentes das que eles usavam no exército. Alguns disseram que as M16 dificilmente acertavam os alvos. Eu acredito que nós, mulheres, tínhamos potencial para superar esses tipos de limitações, e foi isso que fizemos. (KANG, 2003).

Ainda assim, a atuação ativa das mulheres na Revolta de Gwangju foi fundamental para desafiar o regime ditatorial e reivindicar direitos políticos e sociais. Elas se posicionaram contra a opressão, foram violentadas e mortas pelos militares, além de vítimas da violência de gênero. Em 2018, durante o governo de Moon (2017-2022), os ministérios da igualdade de gênero e da defesa, juntamente com a Comissão Nacional de Direitos Humanos investigaram pela primeira vez os crimes sexuais ocorridos na revolta. Foram encontrados 17 casos de estupro, assédio e tortura.

Quase 40 anos após a revolta, 2018 também foi a primeira vez em que essas mulheres receberam um pedido de desculpas oficial do Estado. Mesmo no papel de vítima, a história das mulheres que participaram ativamente da luta pela democracia coreana é negligenciada. Ao longo das décadas seguintes à ditadura, as mulheres sul-coreanas continuaram a desempenhar um papel ativo na luta pelos direitos e pela igualdade de gênero. Apesar dos obstáculos e da exclusão feminina, sua presença e contribuição foram cruciais para a construção de um movimento de resistência e para a promoção da igualdade de gênero na Coreia do Sul.

Recuperar as narrativas e o ponto de vista que foram apagados ao longo do tempo é importante não apenas para o resgate da memória coletiva e da honra dessas mulheres, mas servir de exemplo para o futuro. Rovai (2017) escreve sobre a importância da memória (2017, p. 129) em sociedades saídas de ditadura como forma de “exercitar a capacidade de reflexão e de pensar sobre a responsabilidade de não esquecer as violações cometidas”, vital para que se possa continuar a luta pelos direitos humanos e pela paz.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O primeiro artigo a ser estudado é "Narrativas de Memória do 18 de Maio e as Vozes das Mulheres<sup>7</sup>" (2018) de Kim Young-hee, pesquisadora da Universidade Yonsei. Na pesquisa, a autora explora essa questão, da memória coletiva, destacando a importância do 18 de Maio como um evento histórico amplamente

---

<sup>7</sup> Tradução Livre. Texto original: "5.18'의 기억 서사와 '여성'의 목소리" (KIM, 2018).

descrito e que tem um impacto significativo na memória coletiva local. A autora argumenta que, até então, as mulheres foram sistematicamente marginalizadas nas narrativas sobre o evento, muitas vezes sendo retratadas apenas como vítimas ou ajudantes secundárias dos protagonistas masculinos.

Essa marginalização das mulheres nas narrativas históricas é um reflexo de estruturas sociais mais amplas, que tendem a relegar as vozes femininas a papéis subordinados. Kim Young-hee ressalta que a invisibilidade das mulheres na história do 18 de Maio é problemática, pois limitam as mulheres a categorias de vítimas ou coadjuvantes, essas narrativas simplificam e distorcem a complexidade de suas experiências e contribuições.

No entanto, a autora também aponta para um momento de transformação e possibilidade de mudança. Ela destaca que as acusações de violência sexual praticadas pelo exército durante o 18 de Maio estão apenas começando a ser investigadas e divulgadas. O artigo foi publicado em 2018, quando o governo falou sobre essa violência pela primeira vez e se comprometeu a investigar esses casos. Para Kim, o processo pode abrir espaço para a emergência de histórias das mulheres que estiveram ativamente engajadas no movimento popular, desafiando as narrativas dominantes que as relegaram à marginalidade.

Ao reconhecer a importância dessas narrativas negligenciadas, Kim Young-hee chama a atenção para a necessidade de valorizar e resgatar as vozes das mulheres na história do 18 de Maio. Ela argumenta que a inclusão dessas perspectivas pode enriquecer e complexificar a compreensão do evento, permitindo uma análise mais abrangente de suas implicações sociais, políticas e culturais.

Nesse mesmo ano, no dia 31 de outubro, o jornal KBS publicou uma matéria<sup>8</sup> noticiando a primeira confirmação a nível nacional de que as tropas da Lei Marcial praticaram violência sexual na Revolta de Gwangju. Nela está um resumo relatório do Ministério da Defesa Nacional, Comissão Nacional de Direitos Humanos da Coreia e Ministério de Igualdade de Gênero e Família. O perfil das mulheres abusadas segundo a matéria era de estudantes, donas de casa e trabalhadoras. A matéria não especifica se elas foram apenas vítimas ou participaram da revolta.

---

<sup>8</sup> “5·18 당시 계엄군 ‘성폭행’ 있었다...국가 차원 첫 확인” (“Houve casos de estupro por parte das tropas da lei marcial... oficialmente confirmado pela primeira vez em nível nacional”, tradução livre), disponível em <<https://news.kbs.co.kr/mobile/news/view.do?ncd=4063342>>. Acesso em: 02/06/2023

Também em 2018, o jornal Hani publicou quatro matérias, entre maio e novembro, todas elas envolvendo violência sexual sofrida por mulheres durante o período da Revolta. A primeira<sup>9</sup> e a segunda<sup>10</sup>, publicadas em 8 e 9 de maio respectivamente, tratam de vítimas do exército. Uma conta a história de Jeon Chun-sim, uma militante que saiu às ruas com um amplificador para desafiar as tropas que atacaram os cidadãos de Gwangju. Jeon foi acusada de ser espiã e levada para a prisão, onde foi violentada. A mesma matéria também conta a história de outras mulheres torturadas nesse período, como Lee Seong-soon e Cha Myeong-suk. Já a segunda narra o caso de uma estudante, Lee Ji-hyun estuproada enquanto voltava para casa durante a revolta, e se tornou freira posteriormente.

A terceira<sup>11</sup> matéria é do dia 10 de maio. Similar à matéria da KBS, ela trata das investigações da violência cometida pelo Estado contra mulheres durante o período do 18 de maio. O texto menciona documentos da Fundação 18 de maio e o relato oral das mulheres. Um professor de direito, An Jin, comenta que a violência contra a mulher foi uma estratégia para causar mais medo aos cidadãos de Gwangju. O texto também defende que essas violações sejam consideradas crime contra a humanidade para que realmente haja uma reparação para as vítimas. Vale ressaltar que, na data de publicação, o governo ainda estava iniciando as investigações.

A quarta<sup>12</sup> e última matéria é do dia 19 de maio. Diferente das anteriores, ela trata da cerimônia anual que ocorre no dia 18 de maio em Gwangju em homenagem às vítimas da revolta. É dito que pela primeira vez, mulheres que sempre esconderam seus nomes passaram a se manifestar em favor da investigação dos crimes sexuais e da inclusão de mulheres não apenas como ajudantes dos homens, mas como participantes ativas do movimento popular. A “Casa da Mãe de Maio”,

---

<sup>9</sup> ““보안대 끌려가 밤마다 떨었다”...입 연 5·18의 여성들” (“Levadas à força pela segurança, todas as noites tremíamos’ ... As mulheres que testemunharam o 18 de maio”, tradução livre), disponível em <[https://m.hani.co.kr/arti/area/area\\_general/843646.html#cb](https://m.hani.co.kr/arti/area/area_general/843646.html#cb)> . Acesso em: 02/06/2023

<sup>10</sup> [단독] “5·18때 군인들이 집단 성폭행한 여고생, 승려 됐다” (“[Exclusivo] ‘Estudante do ensino médio que foi vítima de estupro em grupo por soldados durante o 18 de maio, tornou-se freira’, tradução livre), disponível em <[https://m.hani.co.kr/arti/area/area\\_general/843817.html#cb](https://m.hani.co.kr/arti/area/area_general/843817.html#cb)>. Acesso em: 02/06/2023

<sup>11</sup> “숨죽인 ‘오월 여성’ 목소리를 내다” (“Expressando a voz silenciada das mulheres de maio”, tradução livre), disponível em <[https://m.hani.co.kr/arti/area/area\\_general/845351.html#cb](https://m.hani.co.kr/arti/area/area_general/845351.html#cb)>. Acesso em: 02/06/2023

<sup>12</sup> [단독] “5·18때 진압 장교에 성폭행당한 뒤 출산한 여성 있었다” (“[Exclusivo] Houve uma mulher que foi vítima de estupro por um oficial durante a repressão em 18 de maio e deu à luz posteriormente”, tradução livre), disponível em <[https://m.hani.co.kr/arti/area/area\\_general/868278.html#cb](https://m.hani.co.kr/arti/area/area_general/868278.html#cb)>. Acesso em: 02/06/2023

uma ONG fundada por mães, esposas, parentes de vítimas e vítimas da revolta e um grupo estudantil chamado de “Mulheres Azuis” se comprometeu a estudar e divulgar a história dessas mulheres.

Em 2019, o KBS e o Hani publicaram uma matéria cada, relacionadas ao assunto. O KBS publicou, em 22 de maio<sup>13</sup>, uma matéria que não trata especificamente de mulheres, mas do relatório de autópsia do 18 de Maio, feito pelo Ministério Público de Gwangju, e retrata a violência física praticada pelas tropas da Lei Marcial contra os cidadãos em geral. Esse relatório prova que civis foram mortos pelo Estado sem necessariamente terem feito parte da revolta.

Já o do Hani<sup>14</sup> foi publicado em 5 de junho, e fala da vencedora do prêmio local Gil Won-ok para Mulheres pela Paz. Cha Myeong-suk foi uma ativista presa durante a revolta. Ela trabalhou divulgando os crimes cometidos pelas tropas contra os civis. Em 2018, Cha divulgou sua história e contribuiu para as investigações do governo em relação ao 18 de Maio. Na matéria é evidenciada a importância das investigações para a verdade e para a paz, além de inserir na história o ponto de vista dessas mulheres.

Em 2020, houve o evento de comemoração dos 40 anos da revolta de Gwangju, “오월 그날이 다시 오면” (“Maio, quando aquele dia chegar novamente<sup>15</sup>”). Nesse evento, foi publicado o artigo “5·18광주민중항쟁에서 송백회의 역할과 여성들의 활동” (“O Papel do Songbaekhoe e as Atividades das Mulheres no 18 de Maio”) (2020), por Lee Yun-jeong, onde ela expõe a diversidade de atividades nas quais as mulheres estiveram envolvidas durante esse período.

O artigo destaca o Songbaekhoe, a primeira organização política feminina contra o governo em Gwangju. As mulheres envolvidas nessa organização enfrentaram perseguições e represálias por parte do regime autoritário. A professora Lee ressalta a importância de reconhecer a coragem e o compromisso dessas mulheres, que desafiaram as normas sociais e políticas da época para lutar por uma sociedade mais justa e democrática. Além do Songbaekhoe, o artigo também destaca outras formas de participação das mulheres durante a revolta. Muitas

<sup>13</sup> “[5·18 학살보고서] 초등생·주부·부상자 총살까지” (“[Relatório sobre o Massacre de 18 de maio] Incluindo o assassinato de crianças, donas de casa e pessoas feridas por tiros”, tradução livre), Disponível em <<https://news.kbs.co.kr/news/view.do?ncd=4206380>>. Acesso em: 02/06/2023

<sup>14</sup> “‘80년 광주 거리방송’ 주역 차명숙 씨 길원옥 여성평화상 수상” (“Cha Myeong-sook, protagonista de ‘Gwangju Street Broadcasting in 1980’, ganhou o Prêmio Gil Won-ok da Paz Feminina”, tradução livre), Disponível em <[https://m.hani.co.kr/arti/society/women/896749.html?\\_fr=gg#cb](https://m.hani.co.kr/arti/society/women/896749.html?_fr=gg#cb)>. Acesso em: 02/06/2023

<sup>15</sup> Tradução Livre.

mulheres assumiram o papel de cozinheiras, fornecendo alimentos para os participantes do movimento. Essa contribuição prática e essencial garantia a sustentação daqueles que lutavam nas ruas de Gwangju. Outras mulheres desempenharam um papel crucial na divulgação dos abusos cometidos pelas forças armadas, expondo ao mundo os horrores vivenciados durante a revolta.

O artigo de Lee Yun-jeong (2020) também ressalta a participação das mulheres como trabalhadoras e no movimento estudantil feminino. Muitas mulheres estavam envolvidas em diferentes setores da sociedade, contribuindo para o fortalecimento do movimento popular em Gwangju. Entretanto, a professora Lee destaca que, infelizmente, a maioria da população ainda desconhece as atividades e o papel desempenhado pelas mulheres durante esse período histórico.

Contudo, é significativo que o artigo tenha sido publicado em um evento grande de comemoração aos 40 anos da revolta. Isso pode indicar que o tema está ganhando cada vez mais relevância e divulgação. A publicação do artigo de Lee Yun-jeong evidencia um esforço para resgatar e valorizar as contribuições das mulheres no 18 de Maio, buscando uma história mais inclusiva e abrangente.

As próximas matérias do KBS são do mesmo dia<sup>16</sup>, 17 de fevereiro de 2021<sup>17</sup>, ambas sobre o falecimento de Jeon Ok-ju, ativista que atuou com comunicação nas ruas durante a revolta. Os dois contam histórias sobre ela, uma estudante de dança que foi para Gwangju durante a Lei Marcial e se aterrorizou com o que estava acontecendo na província, decidindo lutar. Jeon Ok-ju foi presa durante a revolta, solta no ano seguinte e viveu até os 72 anos, falecendo em 2021. A ativista foi enterrada no cemitério dedicado às vítimas do 18 de Maio em Gwangju, se tornando oficialmente uma mártir na luta pela democracia na Coreia do Sul.

No jornal Hani<sup>18</sup> de 2021, há uma matéria, publicada em 21 de maio, sobre a indenização que as vítimas de violência sexual pelo exército da Lei Marcial têm direito. Nela, é dito que foi aprovada a lei para incluir as mulheres vítimas de estupro

---

<sup>16</sup> “‘지금 우리 형제·자매들이 죽어가고 있습니다’ 5.18 가두방송 전옥주 씨 별세” (‘Agora, nossos irmãos e irmãs estão morrendo’ - Falece Jeon Ok-ju, que fez transmissão de rádio durante o 5.18”, tradução livre), disponível em <<https://news.kbs.co.kr/mobile/news/view.do?ncd=5120163>>. Acesso em: 02/06/2023

<sup>17</sup> “‘함께 싸워 달라’ 5.18 가두방송 전옥주 씨 별세” (“Por favor, lutem juntos” - Falece Jeon Ok-ju, que fez transmissão de rádio durante o 5.18), disponível em <<https://news.kbs.co.kr/mobile/news/view.do?ncd=5120164>>. Acesso em: 02/06/2023

<sup>18</sup> “5.18 ‘계엄군 성폭행’ 피해자도 국가보상 받는다” (“As vítimas de 'estupro pelo exército durante o 5.18' também receberão compensação do governo”, tradução livre), disponível em <[https://m.hani.co.kr/arti/politics/assembly/996154.html?\\_fr=gg#cb](https://m.hani.co.kr/arti/politics/assembly/996154.html?_fr=gg#cb)>. Acesso em: 02/06/2023

nas compensações financeiras que o Estado fornece. A matéria também insinua que essa lei é fruto das investigações iniciadas em 2018.

Em 2022, Kim Soo-jung publica o artigo "5월 서사와 여성 주체 연구" ("Narrativas de Maio e Estudo do Sujeito Feminino<sup>19</sup>") (2022), onde explora o protagonismo literário feminino em três livros importantes: "A Mulher Retornando de Longe" (GU, 2003), "Segurando Crisântemos" (JEON, 2015) e "Então, Como Deveríamos Chamar" (BAK, 2014), que contam histórias usando o 18 de Maio como cenário. Por meio do estudo dessas obras, Kim Soo-jung analisa como as protagonistas, ao vivenciarem o 18 de Maio, escapam da dicotomia simplista de "mulher vítima" versus "homem herói" e apresentam uma pluralidade de visões sobre o Movimento Popular de Gwangju.

Ao investigar a representação das mulheres nessas narrativas literárias, a autora destaca como elas desempenham papéis ativos e complexos durante o 18 de Maio. Contrariando estereótipos e visões limitadas, as protagonistas fogem da imagem de vítimas passivas e revelam sua força, resiliência e capacidade de resistência diante da repressão e da violência. Essas personagens demonstram uma ampla gama de perspectivas e experiências, contribuindo para uma compreensão mais rica e multifacetada da revolta de Gwangju.

Kim Soo-jung (2022) ressalta ainda a importância de olhar para o 18 de Maio sob diferentes pontos de vista, reconhecendo que a memória coletiva deve ser inclusiva e não excludente. Ao longo do tempo, as mulheres foram excluídas do papel de heroínas da revolta, e a narrativa predominante reforçou a dicotomia de gênero, relegando-as a papéis secundários ou apagando suas contribuições significativas. No entanto, a autora observa que recentemente há uma mudança de perspectiva em relação à história das mulheres, e seu papel na revolta está sendo reconhecido e valorizado.

A reinterpretção dos eventos históricos de forma a destacar a importância das mulheres como sujeitos ativos do 18 de Maio é crucial. Kim Soo-jung argumenta que essa reavaliação não deve ser imposta de fora, mas deve ser liderada pelas próprias mulheres, que têm o direito de contar suas próprias histórias e reivindicar seu lugar na narrativa coletiva. É fundamental que as vozes femininas sejam ouvidas e que a diversidade de suas experiências seja reconhecida e celebrada.

---

<sup>19</sup> Tradução Livre.

A autora conclui seu estudo ressaltando a necessidade de uma memória coletiva inclusiva, que integre as diferentes perspectivas e vivências, evitando a exclusão e o apagamento. A história do 18 de Maio deve ser lembrada e contada de maneira a abranger a diversidade de atores e suas contribuições, especialmente das mulheres, que foram historicamente marginalizadas e silenciadas. Somente através de uma abordagem plural e inclusiva poderemos construir uma compreensão mais abrangente e precisa do Movimento Popular de Gwangju e de seu impacto na sociedade coreana.

## **5 CONCLUSÃO**

Analisando os artigos e comparando com as matérias escolhidas de dois jornais comuns da Coreia do Sul, colocando-as em uma linha do tempo, é possível notar que há uma diferença na forma como a história das mulheres que fizeram parte da Revolta de Gwangju é contada. Em 2018, quando as investigações de abuso sexual e de autoridade por parte dos soldados da Lei Marcial começaram e os primeiros casos foram divulgados, a maior parte das matérias envolvia a história das vítimas. No caso do KBS, a matéria não citava a contribuição dessas mulheres para a democracia. O Hani, por outro lado, chegou a contar a história do envolvimento político de alguma delas, além de retratar os avanços das investigações e o desejo de grupos femininos, como a Casa da Mãe de Maio e as Mulheres Azuis de trazer mais visibilidades para aquelas que fizeram parte da luta contra um regime autoritário. Kim Young-hee estava correta quando escreveu que as investigações abriram a porta para novas narrativas, contadas pelas mulheres invisibilizadas ao longo dos anos.

Em 2019, o KBS fala de uma vítima que não estava relacionada a abuso sexual, apesar de não se estender muito. Na matéria do Hani, por outro lado, a imagem de uma mulher que foi torturada durante a ditadura ganhando um prêmio de paz depois de incentivar outras mulheres a divulgarem suas histórias e as investigações das violações contra os direitos humanos ocorridas na revolta é simbólica. Cha Myeong-suk não apenas conta sua história, como abre caminho para outras mulheres fazerem o mesmo.

Em 2020, no aniversário de 40 anos da revolta, um texto importante é publicado por Lee Yun-jeong, da universidade de Chosun, não apenas lembrando

das mulheres que participaram, mas colocando elas no centro e detalhando as atividades das mesmas. O texto não aborda uma visão única sobre as mulheres que participaram da revolta, tendo o cuidado de demonstrar que tanto militantes já ligadas a movimentos políticos quanto mães e donas de casa que eram apenas civis se juntaram à revolta, e que o papel de cada uma delas foi importante.

Em 2021, a matéria publicada pelo KBS conta a história de Jeon Ok-ju, não apenas como uma vítima do Estado, mas como sujeito ativo no 18 de Maio que se tornou mártir e inspiração depois, e alguém digna de ser homenageada após a morte. No Hani podemos ver uma consequência das investigações e da “mudança” ocorrida em 2018, quando o Estado se propôs a revisar a violência cometida em 1980. Embora compensação financeira não seja o bastante para recuperar a dignidade das pessoas violentadas pelo governo durante a ditadura, é um dos caminhos que indicam o reconhecimento delas enquanto vítimas e resistência ao autoritarismo.

Por fim, em 2022 Kim Soo-jung fala sobre essa mudança dentro da memória coletiva, antes com uma visão puramente masculina e atualmente se abrindo para as histórias contadas por mulheres. Embora tenha sido negado e invisibilizado o ponto de vista feminino ao longo dos anos, e embora enfrentem um contexto social difícil em relação ao gênero, as mulheres sul-coreanas têm alcançado conquistas em relação ao reconhecimento de seu papel no 18 de Maio.

É importante não apenas notar como a voz dessas mulheres está sendo mais ouvida, como também trazê-la para fora da Coreia do Sul. Embora fossem parte de um grupo de resistência à ditadura sul-coreana em 1980, a invisibilização feminina vai além de fronteiras e, como tal, é um problema que deve ser enfrentado globalmente. O presente trabalho, portanto, cumpre também o objetivo de dar luz sobre este tema.

## REFERÊNCIAS

ANH, Jean. **The Socio-Economic Background of the Gwangju Uprising**. New Political Science, Kwangshin University, v. 5, n. 2, p. 161- 176, 2003.

BAVOLEO, Bárbara; LADEVITO, Paula. **Mujeres, sociedad civil y proceso de democratización en Corea del Sur**. Universidad de Chile: [s. n.], 2009.

BURMEISTER, Larry L. **Korean Minifarm Agriculture: From Articulation to Disarticulation.** The Journal of Developing Areas, [s. l.], n. 2, ed. 26, p. 145-168, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4192076>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CHO, Joan E.; CHANG, Paul Y. **THE SOCIOECONOMIC FOUNDATIONS OF SOUTH KOREA'S DEMOCRACY MOVEMENT.** In: KIM, Youna (ed.). THE ROUTLEDGE HANDBOOK OF KOREAN CULTURE AND SOCIETY. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2017. cap. 3, p. 63-75

CHOI, Seo-hee. **5·18** 당시 계엄군 ‘성폭행’ 있었다: 국가 차원 첫 확인. **KBS**, [S. l.], p. 1, 31 out. 2018. Disponível em: <https://www.hrw.org/legacy/reports/1995/Skorea.htm>. Acesso em: 15 jun. 2023.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório: Volume I.** [S. l.], dez. 2014. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_pagina\\_275\\_a\\_592.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_275_a_592.pdf). Acesso em: 15 jun. 2023.

CUMMINGS, Bruce. **The Korean War: A History.** [S. l.]: Modern Library, 2011. 320 p. v. 32. ISBN 081297896X.

DANTAS, Stela. **MULHER, PAZ E SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE PAZ A PARTIR (DA PERSPECTIVA) DAS MULHERES.** Orientador: Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann. 2022. 200 f. Dissertação (Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2199/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Dantas%2C+Stela+da+Rocha+de+Medeiros>. Acesso em: 15 jun. 2023.

DURAN, Felipe Pessoa. **O triângulo da violência de Johan Galtung:** uma análise acerca do conflito civil no Iêmen. RevistaEnsaio, v. 18, jan-jun, 2021, p. 6-27.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches, and Bases: Making Feminist Sense of International Politics.** 2º edition, Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2014.

**EXIT polls of the 20th presidential election in South Korea on March 9, 2022, by age group and gender.** Seul, 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1295668/south-korea-20th-presidential-election-exit-polls-by-age-and-gender/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

FICO, Carlos. **O grande irmão:** da operação Brother Sam aos anos de chumbo o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2. ed. [S. l.]: Civilização Brasileira, 2008.

GALTUNG, Johan. **Peace by Peaceful Means**. London: SAGE, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1996.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. 2º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RABELO, Tamyá Rocha. **O equilíbrio de gênero nas Operações de Paz: avanços e desafios**. In: MATIJASCIC, Vanessa B. *Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas: Reflexões e debates*. 1º ed., São Paulo: Editora Unesp, 2014

HAN, Sang-jin. 1998. **Human rights and social movements in the age of globalization**: Rethinking the May 18 democracy movement in Kwangju. A struggle for people's sovereignty and approval from the standpoint of the Kwangju democracy movement, 1998

HUMAN RIGHTS WATCH. SOUTH KOREA: LABOR RIGHTS VIOLATIONS UNDER DEMOCRATIC RULE. [S. l.], 28 nov. 1995. Disponível em: <https://www.hrw.org/legacy/reports/1995/Skorea.htm>. Acesso em: 15 jun. 2023.

JANG, Sang-hwan, JEONG, Jin-sang, **Social Movements in South Korea**, Gyeongsang University Publishing Department, 2001, p. 238.

JEONG, Dae-ha. [단독] **5·18**때 진압 장교에 성폭행당한 뒤 출산한 여성 있었다. Hani, [S. l.], p. 1, 1 nov. 2018. Disponível em: [https://m.hani.co.kr/arti/area/area\\_general/868278.html#cb](https://m.hani.co.kr/arti/area/area_general/868278.html#cb). Acesso em: 15 jun. 2023.

JEONG, Dae-ha. 숨죽인 ‘오월 여성’ 목소리를 내다. Hani, [S. l.], p. 1, 19 maio 2018. Disponível em: [https://m.hani.co.kr/arti/area/area\\_general/845351.html#cb](https://m.hani.co.kr/arti/area/area_general/845351.html#cb). Acesso em: 15 jun. 2023.

JEONG, Dae-ha. [단독] **“5·18**때 군인들이 집단 성폭행한 여고생, 승려 됐다”. Hani, [S. l.], p. 1, 9 maio 2018. Disponível em: [https://m.hani.co.kr/arti/area/area\\_general/843817.html#cb](https://m.hani.co.kr/arti/area/area_general/843817.html#cb). Acesso em: 15 jun. 2023.

JEONG, Dae-ha. “보안대 끌려가 밤마다 떨었다”...입 연 **5·18**의 여성들[S. l.], p. 1, 9 maio 2018. Disponível em: [https://m.hani.co.kr/arti/area/area\\_general/843817.html#cb](https://m.hani.co.kr/arti/area/area_general/843817.html#cb). Acesso em: 15 jun. 2023.

KANG, Chang-gwang. [포토] **‘80**년 광주 거리방송’ 주역 차명숙 씨 길원옥 여성평화상 수상. Hani, [S. l.], p. 1, 5 jun. 2019. Disponível em: [https://m.hani.co.kr/arti/society/women/896749.html?\\_fr=gg#cb](https://m.hani.co.kr/arti/society/women/896749.html?_fr=gg#cb). Acesso em: 15 jun. 2023.

KANG, Hyun-ah. **Women's Experiences in the Gwangju Uprising**: Participation and Exclusion. *New Political Science*, [s. l.], v. 2, n. 25, p. 193-206, 2003. DOI <https://doi.org/10.1080/07393140307194>. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/07393140307194>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KANG, Seon-jeong. [5·18 학살보고서]② 초등생·주부·부상자 총살까지. KBS, [S. l.], p. 1, 22 maio 2019. Disponível em: <https://news.kbs.co.kr/news/view.do?ncd=4206380>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KIM Jin-gyun, JEONG Geun-sik, “**The Socio-Economic Background of the Gwangju Uprising**,” Institute of Korean Modern History, Gwangju People’s Uprising (Seoul: Poolbit, 1990)

KIM, Aerin. “지금 우리 형제·자매들이 죽어가고 있습니다” 5.18 가두방송 전옥주 씨 별세. KBS, [S. l.], p. 1, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://news.kbs.co.kr/mobile/news/view.do?ncd=5120163>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KIM, Aerin. “함께 싸워 달라” 5.18 가두방송 전옥주 씨 별세. KBS, [S. l.], p. 1, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://news.kbs.co.kr/mobile/news/view.do?ncd=5120164>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KIM, Alice S. **LEFT OUT: people's solidarity for Social Progress and the evolution of minjung after authoritarianism.** In: SHIN, Gi-wook; CHANG, Paul (ed.). South Korean Social Movements: From Democracy to Civil Society. [S. l.: s. n.], 2003. p. 145-169.

KIM, Hang. **The commemoration of the Gwangju Uprising: of the remnants in the nation states' historical memory.** Inter-Asia Cultural Studies, [s. l.], n. 4, ed. 12, p. 611-621, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14649373.2011.603923>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KIM, Kyounghee; KIM, Seung-kyung. **Gender mainstreaming and the institutionalization of the women’s movement in South Korea.** Women’s Studies International Forum, [s. l.], ed. 34, p. 390-400, 2011.

KIM, Seongyi. **South Korean Women Workers’ Labor Resistance in the Era of Export-Oriented Industrialization, 1970-1980.** Development and Society, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 77-101, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/deveandsoci.32.1.77>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KIM, Yong Cheol. **The Shadow of the Gwangju Uprising in the Democratization of Korean Politics.** New Political Science, Chonnam National University, n. 2, ed. 25, p. 225-240, 2003. DOI <http://dx.doi.org/10.1080/07393140307193>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/07393140307193>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KIM, Younghee. ‘5.18’의 기억 서사와 ‘여성’의 목소리. 페미니즘연구, [s. l.], v. 18, n. 2, 2018. DOI 10.21287/iif.2018.10.18.2.149. Disponível em: <https://www.kci.go.kr/kciportal/mobile/ci/sereArticleSearch/ciSereArtiView.kci?sereArticleSearchBean.artild=ART002884254>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KIPNIS, B. . **Elementos de pesquisa e a prática do professor.** São Paulo: Editora Moderna, 2005.

KIM, Sujeong. 5월 서사와 여성 주체 연구 -5월 소설에 나타난 여성 인물을 중심으로-. *우리말글 (우리말글)*, [s. l.], v. 94, p. 447-477, 2022. DOI 10.18628/urimal.94..202209.447. Disponível em: <https://www.kci.go.kr/kciportal/mobile/ci/sereArticleSearch/ciSereArtiView.kci?sereArticleSearchBean.artid=ART002884254>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KOO, Hagan. "Middle Classes, Democratization, and Class Formation: The Case of South Korea." *Theory and Society* 20, no. 4 (1991): 485–509. <http://www.jstor.org/stable/657688>.

KOSIS. *In: Vital Statistics of Korea*. Coreia do Sul, 2023. Disponível em: [https://kosis.kr/statHtml/statHtml.do?orgId=101&tblId=DT\\_1B8000F&language=en](https://kosis.kr/statHtml/statHtml.do?orgId=101&tblId=DT_1B8000F&language=en). Acesso em: 28 abr. 2023.

LEE, Jae-eui. **GWANGJU DIARY: Beyond Death, Beyond the Darkness of the Age**. [S. l.: s. n.], 2017.

LEE, Jae-eui. **Kwangju Diary: Beyond Death, Beyond the Darkness of the Age**. [S. l.]: University of California, 1999. 170 p. ISBN 1883191033.

LEE, Myung-sik. **The History of Democratization Movement in Korea**. Seul, Coreia do Sul: [s. n.], 2010. 173 p.

LEE, Yunjeong. 5·18광주민중항쟁에서 송백회의 역할과 여성들의 활동. *In: NOH, Young-gi; LEE, Yunjeong; LEE, Youngmi; UM, Jongcheol. 오월, 그날이 다시 오면*. [S. l.: s. n.], 2020. p. 246=251. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/08854300.2012.722370>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LIM, Jeong-Lim. **Labor Control of the State and Women's Resistance in the Export Sector of South Korea**. *Social Problems*, [s. l.], v. 43, n. 3, 1996. DOI <https://doi.org/10.2307/3096981>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3096981>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LIMA, Uallace Moreira . **O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: uma linha alternativa de interpretação**. *Economia e Sociedade (UNICAMP)* , v. 26, p. 585-632, 2017.

LIMA, Uallace Moreira. **O Debate sobre o Processo de Desenvolvimento Econômico da Coreia do Sul: Uma Linha Alternativa de Interpretação**. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2016, São Bernardo do Campo. XXI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. São Paulo: SEP, 2016. v. 21. p. 43.

LITTLE, Richard. **The Balance of Power in International Relations: Metaphors, Myths and Models**. 1. ed. [S. l.]: Cambridge University Press, 2007. v. 328. ISBN 0521874882.

MONTEIRO, Nayara de Lima. **A construção da transversalidade da perspectiva de gênero no Mercosul: alcances e limitações a partir das relações de poder**. João

Pessoa. 210p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

MOON, Rhys. **Feminism is the New F-Word: Populism & Patriarchy Among Young South Korean Men**. Harvard Political Review, [S. l.], 15 jan. 2023. Disponível em: <https://harvardpolitics.com/feminism-is-the-new-f-word-populism-patriarchy-among-young-south-korean-men/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MOON, Seung-sook. **Militarized Modernity and Gendered Citizenship in South Korea**. [S. l.]: Duke University Press, 2005. 272 p. v. 32. ISBN 0822336162, 2005.

MOON, Seungsook. **Militarized modernity and gendered mass mobilization**. In: KIM, Youna (ed.). THE ROUTLEDGE HANDBOOK OF KOREAN CULTURE AND SOCIETY. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2017. p. 48-62.

NAM, Jeong-Lim. **Labor Control of the State and Women's Resistance in the Export Sector of South Korea**. Social Problems, [s. l.], p. 327-338, 1996. DOI <https://doi.org/10.2307/3096981>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3096981>. Acesso em: 15 jun. 2023.

NAM, Jeong-Lim. **Gender Politics in the Korean Transition to Democracy**. Korean Studies, [s. l.], v. 14, p. 94-112, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23719707>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PALLEY, Marian. **Women's Status in South Korea: Tradition and Change**. Asian Survey, [s. l.], v. 30, n. 12, 1990. DOI <https://doi.org/10.2307/2644990>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2644990>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PRODANOV, C. C., FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RENIQUE, Gerardo; KATSIAFICAS, George. **A New Stage of Insurgencies: Latin American Popular Movements, the Gwangju Uprising, and the Occupy Movement**. *Socialism and Democracy*, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 14–34, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/08854300.2012.722370>. Acesso em: 15 jun. 2023.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIDENTI, Marcelo. **As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo**. *Tempo Social*, USP, São Paulo, 2 (2), 2.sem. p. 113-128, 1990.

ROVAL, Marta. **História oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos**. [S. l.]: Letra e Voz, 2017. 168 p. ISBN 978-8593467035.

SHIN, Jin-Wook. **Changing Patterns of South Korean Social Movements: 1960s-2010s Testimony, Firebombs, Lawsuit and Candlelight**. In: CHIVACCI, David;

OBINGER, Julia (ed.). *Civil Society and the State in Democratic East Asian: 'Between Entanglement and Contention in Post High Growth*. [S. l.]: Amsterdam University Press, 2020

SHIN, Woo-sam. **5·18 '계엄군 성폭행' 피해자도 국가보상 받는다**. Hani, [S. l.], p. 1, 21 maio 2021. Disponível em: [https://m.hani.co.kr/arti/politics/assembly/996154.html?\\_fr=gg#cb](https://m.hani.co.kr/arti/politics/assembly/996154.html?_fr=gg#cb). Acesso em: 15 jun. 2023.

TANAKA, Yuki. **Japan's comfort women**. Routledge, 2003.

TELES, Maria Amélia. **O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar**. RIDH, Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, 2014.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press, 1992

VOGEL, Ezra F.; KIM, Byung-Kook (ed.). **The Park Chung Hee Era: The Transformation of South Korea** Paperback. [S. l.]: Harvard University Press, 2013. 744 p. ISBN 978-0674072312.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Movidas pelo afeto: três mulheres na resistência à ditadura no Brasil, Paraguai e Bolívia (1954-1989)**. Militância e vida cotidiana: os anos '60 e '70 no Cone Sul, [s. l.], n. 1, ed. 10, 2013. DOI <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2013v10n1p190>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2013v10n1p190>. Acesso em: 15 jun. 2023.

**YOON says gender ministry's abolition aimed at better protecting women**. YONHAP, [S. l.], 7 out. 2022. Disponível em: <https://en.yna.co.kr/view/AEN20221007003400315>. Acesso em: 28 abr. 2023.

YUN, Seongyi. **DEMOCRATIZATION IN SOUTH KOREA: SOCIAL MOVEMENTS AND THEIR POLITICAL OPPORTUNITY STRUCTURES**. Asian Perspective, [s. l.], v. 27, n. 3, 1997.